



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PET no RECURSO ESPECIAL Nº 1808433 - SP (2019/0111810-3)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
REQUERENTE : EVERLI DA SILVA PEREIRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. PENAL. RECURSO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO JULGADO PREJUDICADO. EMBARGANTE QUE FOI ABSOLVIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. DECLARAÇÃO DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. DESNECESSIDADE. PETIÇÃO RECEBIDA COMO EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, PORÉM REJEITADOS.

DECISÃO

Às fls. 396-397, proferi decisão julgando prejudicado o recurso especial do Ministério Público Federal, nos termos da seguinte ementa:

"RECURSO ESPECIAL. PENAL. ART. 334, CAPUT, C.C O ART. 14, INCISO II, DO CÓDIGO PENAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA CONSUMADA. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. RECURSO ESPECIAL PREJUDICADO."

A Defensoria Pública da União, então, por meio da presente petição, aduz ser "*mister que se declare a extinção da punibilidade da pena da assistida*." (fl. 400).

É o relatório.

Decido.

Recebo a presente petição como embargos de declaração, pois atendidos os requisitos objetivos desse recurso.

Entretanto, não existe a omissão apontada pela Defesa, **que não se atentou que sua Assistida foi absolvida pelo Tribunal de origem**. Portanto, inexistente pena ou condenação em relação à qual deve ser declarada extinta a punibilidade, pela prescrição da pretensão punitiva. Em outras palavras, sendo **absolutório** o acórdão proferido em relação à Embargante, não há necessidade ou mesmo interesse no pronunciamento judicial acerca de extinção da punibilidade por prescrição.

Ante o exposto, RECEBO a presente petição como embargos de declaração, porém, os REJEITO.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora